

CRESCIMENTO DO NORDESTE NO CONTEXTO NACIONAL: FATORES CONDICIONANTES

Osmundo E. Rebouças ()*

SUMÁRIO: Este estudo analisa sumariamente alguns aspectos relevantes acerca do crescimento econômico do Nordeste do Brasil. Em primeiro lugar, fazem-se algumas referências a respeito da evolução recente de alguns indicadores sobre a região, procurando compará-los com aqueles relativos ao país. Uma conclusão preliminar é que, durante os anos cinquenta, houve redução das disparidades entre o Nordeste e o resto do país, seguida por agravamento nas décadas dos sessenta e dos setenta, não apenas quanto à renda, mas também com relação a vários dados sociais. Em segundo lugar, investiga-se resumidamente o impacto regional das principais políticas do governo, tanto nacionais como regionais propriamente ditas. A conclusão é que as políticas regionais induzem importantes fluxos visíveis de recursos para a região, mas seus efeitos são reduzidos pelos significativos vazamentos causados pela grande dependência, sobre o Centro-Sul, no que se refere ao suprimento de bens e serviços. Além disso, as políticas adotadas para o desenvolvimento do país (negligenciando efeitos regionais diferenciados) tendem a concentrar-se no Centro-Sul, especialmente no Sudeste. O efeito conjugado das políticas regionais e nacionais parece indicar que os programas de governo não têm contribuído, em termos agregados, para a redução das disparidades regionais. Em terceiro lugar, uma estimativa preliminar de um possível "trade-off" entre a taxa de crescimento do Nordeste (G_n) e a taxa de crescimento do resto do país (G_r) mostrou que um aumento de 1% a.a. em G_n implica uma redução em G_r na faixa de 0,14 a 0,40% a.a., e este custo é perfeitamente tolerável quando se consideram algumas funções alternativas de bem-estar aceitáveis e que incorporam um mínimo de prioridade regional em programas de desenvolvimento.

1. O Desafio do Nordeste

O estudo sócio-econômico da região nordestina é um tópico cada vez mais atual e relevante, porque trata de um desafio crescente que envolve 32 milhões de

(*) BNB/ETENE.

brasileiros. Com renda "per capita" anual em torno de US\$ 343.40 em 1975 (**), superior apenas à da Bolívia e do Haiti no continente americano (cada um destes com menos de 15% da população do Nordeste), esta é ainda a mais vasta e populosa região-problema do mundo ocidental. A gravidade do diferencial da renda entre o Nordeste e o Centro-Sul se acentua mais quando se estima que, entre 1959 e 1977, a renda "per capita" regional declinou de 45% para 35% da média nacional (***).

O subdesenvolvimento do Nordeste é basicamente um problema de distribuição pessoal de renda, reforçado por considerações espaciais (necessidade de ocupação territorial, de harmonia política entre pontos do país, etc.). Em 1976, incluindo renda monetária e em mercadorias, mais de 70% das famílias da Região conseguiam o máximo de dois salários mínimos para viverem. No Sudeste e no Sul os percentuais correspondentes eram de 31% e 42%, respectivamente (****).

Nas seções seguintes, procurar-se-á fazer uma breve apreciação acerca da evolução sócio-econômica recente do Nordeste (seção 2), apresentar uma sucinta avaliação do papel desempenhado pela política governamental na região (seção 3) e discutir alguns resultados empíricos obtidos de uma metodologia aplicada para estimar os possíveis custos, em termos de crescimento do resto do país, de uma aceleração do crescimento do Nordeste (seção 4).

2. Evolução das Disparidades

Verifica-se no Quadro I que, desde 1949, a evolução das disparidades de renda entre o Nordeste e o resto do país tem-se caracterizado por períodos alternados de redução e agravamento (*). Em termos de saldos de décadas, pode-se verificar que houve redução da desigualdade na década dos cinquenta, seguida de tendência ao agravamento nos anos sessenta e setenta.

Essas informações sobre renda agregada indicam, portanto, melhoria absoluta

(**) Conforme estimativa do "1977 World Population Data Sheet" para o Brasil, sobre a qual se aplicou o percentual de 34% (relação entre as rendas "per capita" do Nordeste e do país, de acordo com as contas regionais e nacionais disponíveis).

(***) Dados da renda interna da Fundação Getúlio Vargas, até 1970, sobre os quais se aplicaram, até 1977, as taxas de crescimento estimadas para o Nordeste (SUDENE) e para o Brasil (F.G.V.).

(****) IBGE, PNAD, 1976.

(*) Por falta de informações, a década 1949-1959 não foi desmembrada em subperíodos.

e piora relativa do Nordeste no contexto nacional, depois de 1959. A possível deficiência dos dados de renda, quanto ao nível de bem-estar, pode ser aproximadamente complementada por um conjunto selecionado de indicadores sócio-econômicos, que estão sintetizados no Quadro II.

Observa-se nesse sumário que, dos 37 indicadores, em apenas 4 a Região deixou de exibir evolução absoluta favorável nos períodos investigados, mas em 15 ela experimentou menos sucesso ou mais insucesso que o restante do país. Apesar de reconhecer-se a limitação desse conjunto arbitrário de indicadores (talvez haja outros grupos de informações que levem a conclusões diferentes), corrobora-se com eles a conclusão a que se chegou com base na evolução da renda, isto é, elevação absoluta e redução relativa das condições sócio-econômicas da região nordestina.

Outra observação importante que se deriva desse quadro é que, em relação à renda e a vários indicadores sociais (leitos, médicos, produtividade da mão-de-obra, gastos com saúde e educação, telefones, energia elétrica, cimento, empréstimos e depósitos bancários, receita tributária), o Nordeste possui níveis "per capita" em torno de 50% da média nacional. Mais uma vez se confirma a correlação entre a renda e outros indicadores intimamente vinculados à política governamental.

3. A Política Econômica e o Nordeste

É evidente que a evolução dos indicadores, sucintamente avaliada na seção anterior, representa o reflexo de fatores exógenos (históricos, climáticos, escassez de recursos naturais, etc.), bem como a consequência de políticas diversas do Governo. Entre estas, deve-se distinguir as que expressamente assumem um caráter regional (FINOR, POLONORDESTE, SERTANEJO, etc.) e as de natureza nacional e setorial (a maioria dos programas de governo).

As políticas regionais propriamente ditas constituem, no Nordeste, importantes mecanismos de entrada visível de recursos na região. O que não se pode olvidar, contudo, é que são consideráveis os vazamentos de renda invisíveis provenientes do alto coeficiente regional de importações. Cálculos efetuados para o Brasil revelaram que, de modo similar ao que se estimou para a Itália, da renda produzida pelos investimentos destinados ao Nordeste pelo I PND, ficava apenas a metade dentro da região, localizando-se o restante no Centro-Sul (*). Este fato não implica a condenação da política regional, pois os vazamentos são ditados naturalmente pelo sistema de mercado, mas demonstra que os recursos destinados a atingir as

(*) Osmundo E. Rebouças, "Interregional Effects of Economic Policies: Multi-Sectoral General – Equilibrium Estimates for Brazil", tese de Ph. D., Harvard University, Cambridge, Mass., 1974.

QUADRO 1

Taxas Médias de Crescimento Anual, por Períodos

1949 – 1977

(%)

Período	Nordeste	Brasil	Evolução das Disparidades
1949 – 1959	7,0	6,6	Redução
1961 – 62	5,0	7,8	Agravamento
1963 – 65	5,7	2,4	Redução
1966	3,9	5,1	Agravamento
1967 – 68	10,2	4,6	Redução
1969 – 74	7,1	11,3	Agravamento
1975	7,4	5,6	Redução
1976	6,7	9,2	Agravamento
1977	9,0	4,7	Redução

Fonte: BRASIL – FGV (Contas Nacionais)

Nordeste – SUDENE/BNB.

QUADRO II
Sumário da Tendência e Estado Recente
dos Indicadores

Indicador	T E N D Ê N C I A			Posição Relativa no fim do Período (Porcentagem do do País)
	Período de Referência	Evolução	Favorá- vel (+) Desfavo- rável (-)	
			Absoluta Relativa	
Taxa de Fecundidade				
Total (aumento)	1930-70	+	+	131,7
Taxa de Mortalidade Ge- ral nas Capitais	1950-75	+	+	144,6 (5)
Taxa de Mortalidade In- fantil nas Capitais (re- dução)	1950-75	+	+	176,4 (6)
Terminais Telefônicos	1960-75	+	+	8,3
Consumo de Energia				
Elétrica	1961-77	+	+	11,4
Consumo de Cimento	1960-77	+	+	15,5
Rodovias Federais Pa- vimentadas	1960-75	+	+	29,0
Empréstimos Bancários	1960-77	+	+	15,3
Depósitos Bancários	1960-77	+	+	11,1
Receita Tributária Fe- deral	1960-75	+	+	6,0
Receita do IPI	1960-75	+	-	6,5
Receita Tributária Es- tadual	1960-75	+	-	8,0
Receita do ICM	1960-75	+	-	8,1

FONTE: Estudo especial do BNB/ETENE, com base, principalmente, em publica-
ções do IBGE, FGV e SUDENE.

NOTAS: Comparações do Nordeste com relação a:

- (1) Estado do Rio de Janeiro.
- (2) Sudeste.
- (3) Sudeste, apenas fogões (no cômputo do percentual).
- (4) Sul, iluminação elétrica (no cômputo do percentual).
- (5) Percentual referente apenas a Fortaleza e Porto Alegre.
- (6) Percentual envolve somente as capitais: Fortaleza e Rio de Janeiro.

QUADRO II
Sumário da Tendência e Estado Recente
dos Indicadores

Indicador	T E N D Ê N C I A			Posição Relativa no fim do Período (Porcentagem do do País)
	Período de Referência	Evolução	Favorá- vel (+) Desfavo- rável (-)	
			Absoluta	Relativa
Renda Interna	1949-77	+	-	10,4
Produto Interno	1965-77	+	-	11,8
População	1872-77	+	-	29,7
Renda Interna "Per Ca- pita"	1949-77	+	-	35,0
Produtividade				
— Agricultura	1949-70	+	+	51,0
— Indústria	1949-70	+	-	34,0
— Serviços	1949-70	+	+	65,0
Força de Trabalho sem Rendimentos	1970-76	-	-	43,5
Concentração da Posse da Terra (Índice Gini)	1940-70	-	-	101,4
Taxa de Desemprego				(1)
Aberto	1968-76	+	+	69,2
Proporção de Pobreza				
Absoluta	1972-73	+	-	249,3
Taxa de Urbanização	1940-76	+	-	57,3 (2)
Proporção de Domicílios com Bens Duráveis	1972-76	+	+	83,8 (3)
Proporção de Domicílios com Instalações Elétri- cas e Sanitárias	1970-76	+	+	57,5 (4)
Gastos Estaduais com Saúde	1951-76	+	+	13,4
Leitos Hospitalares	1960-76	+	+	16,3
Médicos	1960-76	+	+	16,6
Taxa de Alfabetização	1950-73	+	+	69,2
Taxa de Matrícula:				
— no Ensino Primário	1960-74	+	+	92,6
— no Ensino Secundário	1960-74	+	-	58,3
Taxa de Matrícula no En- sino Superior	1960-70	+	+	59,4
MOBRAL				
— Alunos Alfabetizados	1972-76	-	+	57,8
— Taxa de Aprovação	1972-76	-	-	90,3
Gastos Estaduais com Educação e Cultura	1951-76	+	-	10,7

— continua —

metas prometidas de renda e emprego (ambiciosos?) deveriam ser bem maiores. Programas maciços de desenvolvimento do Nordeste poderiam *propiciar, no futuro*, um menor coeficiente de importações (atualmente cerca de um terço do produto interno bruto regional) e, portanto, menor drenagem em forma de "leakages".

Quanto às políticas nacionais adotadas sem preocupação regional, apresentam tendência a concentrar-se (em termos "per capita") no Centro-Sul, especialmente no Sudeste. São instrumentos em grande parte de natureza setorial (incentivos através do CDI, programa nuclear, crédito agrícola, programas de saúde, educação, atuação no mercado de capitais, etc.) que destinam ao Nordeste uma fração diminuta do total de recursos.

A ação combinada das políticas regionais e daquelas nacionais parece apresentar um saldo concentrado no Centro-Sul, em termos "per capita". Se houvesse efeito desconcentrador, este deveria aparecer sobretudo nos fluxos de recursos operados através do setor público, pois aqueles provocados pelo setor privado não apresentam indício de preferência pelas regiões mais pobres.

Elaborando-se uma contabilização sumária dos principais fluxos de recursos operados através do setor público, quanto à região Nordeste, foram considerados como entradas positivas as seguintes rubricas: a) despesa da União no Nordeste; b) transferências intergovernamentais; c) liberação de incentivos fiscais; d) subsídio via crédito especializado (juros reais negativos no crédito rural e industrial do Banco do Brasil e Banco do Nordeste). Como saídas de recursos foram computadas: a) receita da União no Nordeste; b) imposto inflacionário, isto é, lucro real da União na emissão de papel moeda (parcela estimada para a região); c) evasão tributária federal (impostos federais pagos por residentes do Nordeste nas compras do Centro-Sul); d) evasão tributária estadual (ICM pago nas compras de fora); e) transferência via comércio triangular (utilização do superávit de divisas obtido pela região, nas compras realizadas no Centro-Sul a preços artificialmente elevados pela proteção aduaneira).

O saldo obtido na contabilização revela que, desde 1960, o Nordeste tem experimentado períodos alternados de entrada líquida negativa (1960 a 1966), positiva (1967 a 1972), negativa (1973 a 1974), positiva (1975 em diante). Além disso, fazendo-se o balanço total de 1960 a 1975, verifica-se ter sido irrisório o saldo final (*). Esta conclusão sugere que, sendo de pouca expressão o fluxo líquido de recursos induzidos pelo setor público, no Nordeste, é plausível a dedução de que é negativo o saldo global líquido dos movimentos de capitais operados com referência às fronteiras nordestinas.

(*) Estes resultados preliminares provêm de uma pesquisa mais ampla sobre o setor público e seus efeitos regionais, elaborada pelo autor no BNB/ETENE, a ser divulgada brevemente.

Os resultados relativos à ação do setor público se reforçam quando se considera a atuação das empresas governamentais. Estudos preliminares (*) elaborados com base em levantamentos da Fundação Getúlio Vargas indicam que, em 1970, a relação entre as aplicações de recursos daquelas empresas e a renda interna regional era cerca de 13,6% no Nordeste, Norte e Sul do país, elevando-se a 16,4% no Sudeste e 27,8% no Centro-Oeste. Conclui-se que, afora o Centro-Oeste (devido à presença da capital federal), as empresas do governo contribuem para agravar as disparidades inter-regionais de renda. Cite-se, apenas a título de exemplo, o fato de que essas entidades auferem no Nordeste a expressiva cifra de 26,7% do lucro total obtido no país, contra apenas 11,5% da formação de capital. Adicionalmente, note-se que praticamente nada se aplica na região através de empresas governamentais do setor mineral, sendo apenas 2,5% a fatia que toca ao Nordeste nas despesas das empresas de governo na indústria de transformação e 5,5% no setor de transporte. A participação média é de 10%. Constata-se, com tudo isso, que longo caminho ainda se tem de percorrer no sentido de corrigir ou compensar o efeito regional diferenciado da atuação das empresas governamentais.

A apreciação dos planos de Governo até o II PND revela que, embora tenha sido crescente a preocupação neles expressa quanto ao problema regional, não tem havido intuito de estabelecer políticas regionais compensatórias que neutralizem os efeitos espacialmente desiguais dos programas de desenvolvimento de interesse nacional. Por essa razão, tem sido impossível conhecer até que ponto as políticas regionais propriamente ditas têm sido capazes de neutralizar aqueles efeitos, a fim de que se possa saber o que lhes resta para promover o desenvolvimento regional expressamente almejado. Em todo caso, se a contabilidade social em grande parte reflete os resultados da política governamental, pode-se dizer que esta não foi suficiente, até agora, para reduzir as disparidades de renda entre o Nordeste e o restante do país, embora significativo avanço em termos absolutos se tenha constatado. Ressalte-se, aliás, que o modelo de desenvolvimento adotado no Brasil na última década, por ter trazido como subproduto a concentração pessoal de renda, logicamente tenderia a beneficiar mais o Centro-Sul do que o Nordeste, por ser este ainda o maior bolsão de pobreza do país.

4. Estimativa do "Trade-Off"

Para que a política desenvolvimentista adotada no país passe a privilegiar metas de redistribuição de renda regional, torna-se de grande utilidade a apreciação dos custos necessários ao alcance desse objetivo. Admite-se a existência de um "trade-off" entre crescimento regional e crescimento nacional em termos estáticos, havendo razões para esperar-se que, no futuro, os elementos dinâmicos da economia

(*) Op. cit., pág. anterior.

do Nordeste, induzidos por uma política significativa de crescimento regional, eliminem o "trade-off" (*), a exemplo dos argumentos utilizados para a implantação de protecionismo à indústria infante do país no após-guerra.

A estimativa do "trade-off" entre o crescimento do Nordeste e do resto do país, realizada em estudo especial (**), enfrenta sérias limitações de dados. Utilizando-se as séries de produto e formação de capital para o Brasil (FGV) e para o Nordeste (SUDENE), calculou-se que a relação marginal produto/capital era 0,365 no resto do país (todos os setores agregados), enquanto no Nordeste a relação era 0,227 na indústria e 0,243 nos serviços, não se podendo obter ajustamento razoável para a agricultura regional. O crescimento deste último setor foi projetado exogenamente.

Por falta de espaço, não se apresentarão aqui os detalhes relativos ao modelo e ao tratamento estatístico, mas convém deixar registrado que o "trade-off" entre o crescimento do Nordeste e do Brasil como um todo (ou, alternativamente, resto do país) provém de dois fatores: a) relação marginal produto/capital menor no Nordeste que no restante do país, mantida no nível atual (o que pode superestimar os custos futuros do crescimento regional); b) orçamento limitado de fundos de investimentos no país, que podem ser complementados pelo ingresso de recursos externos, para os quais se estimaram três taxas alternativas de crescimento.

Os resultados expressos de modo sumário no Quadro III, em termos de faixas, correspondem a diversas simulações, das quais uma das características era o crescimento exógeno do investimento governamental no Nordeste (principal instrumento de política), variando paulatinamente de 6% a.a. para um máximo de 20% a.a. (as taxas de crescimento do produto no Nordeste responderam na faixa de 8 a 11,6% a.a., e do Brasil, no intervalo de 9 a 9,7% a.a.).

Nota-se nesse Quadro-resumo que, dependendo das hipóteses sobre entrada de recursos estrangeiros no país para financiar a formação de capital, um acréscimo de 1% na taxa de crescimento do Nordeste seria obtido às custas de redução na taxa de crescimento anual do Brasil, nos extremos de - 0,12% a.a. a - 0,22% a.a. Em termos de resto do país, o sacrifício fica no mínimo de - 0,14% a.a. e no máximo de - 0,37% a.a.

Graficamente, o resultado se apresenta na figura a seguir, em que se colocam

(*) Deve-se ressaltar que o crescimento regional será concentrador de renda pessoal, se mantidos os padrões até agora verificados. A redistribuição pessoal, contudo, será possível se for seriamente integrada à redistribuição regional. Sem esta integração não desaparecerá o bolsão de pobreza atualmente existente no Nordeste, mesmo com altas taxas de crescimento.

(**) Relatório preliminar de pesquisa, BNB/ETENE, Fortaleza-1978.

as taxas de crescimento do Nordeste (Gn) e do resto do país (Gr) nos eixos horizontal e vertical, respectivamente, e cada uma das três curvas corresponde a uma hipótese de taxa de aumento anual de fundos externos.

QUADRO III
Redução da Taxa de Crescimento Anual Média
do País e do Resto do País para Acréscimo
de 1% na Taxa de Crescimento do Nordeste
1977 – 1985

Crescimento do Ingresso de Recursos Externos (R) no País	Faixas de Redução	
	Da Taxa Nacional	Da Taxa do Resto do País
1) R constante	– 0,11 a – 0,22	– 0,14 a – 0,37
2) R cresce a 5% a.a.	– 0,12 a – 0,20	– 0,24 a – 0,40
3) R cresce a 10% a.a.	– 0,05 a – 0,20	– 0,21 a – 0,37

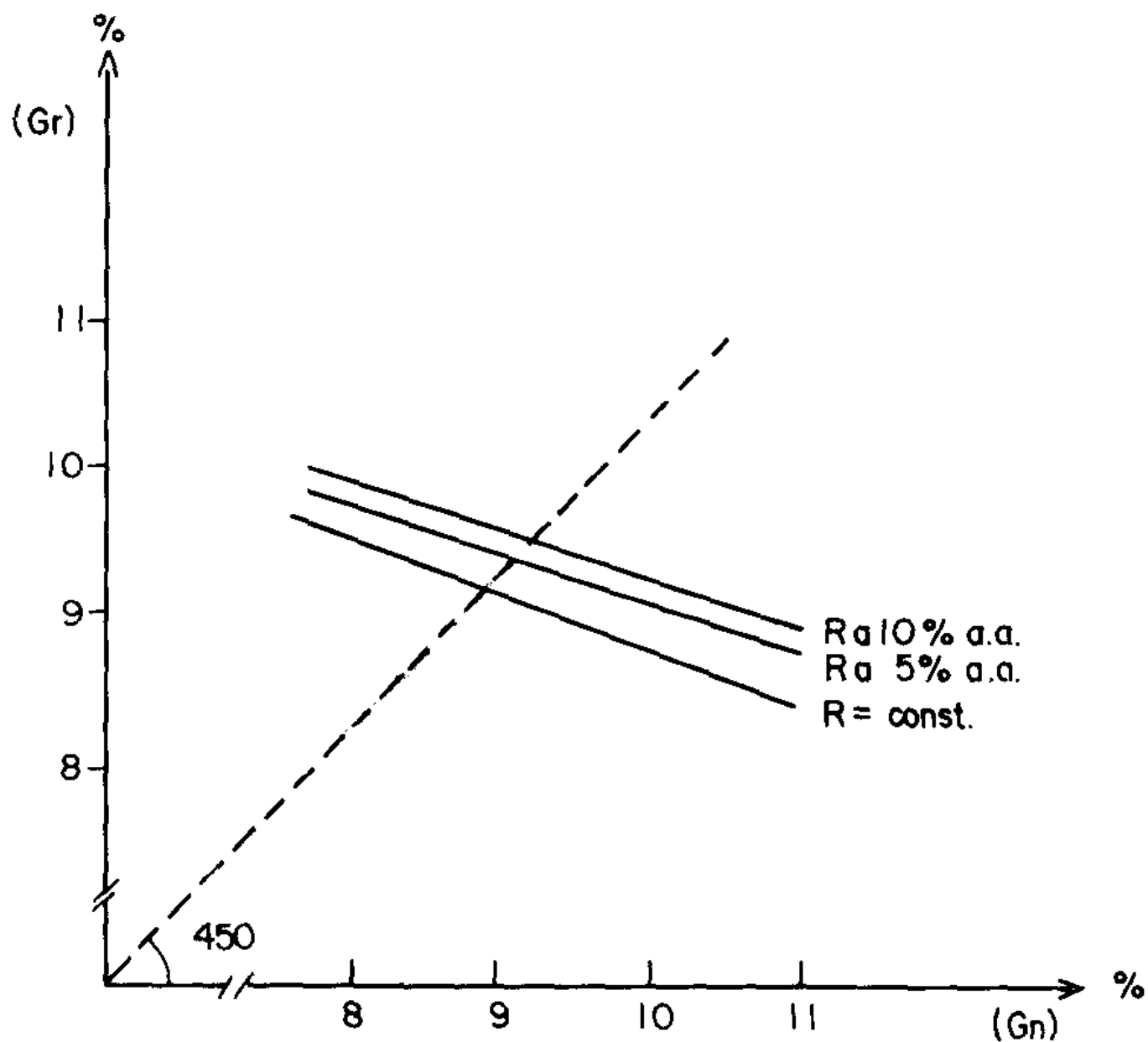
FONTE: V. Texto.

Verifica-se, por esses resultados numéricos e gráficos, como a entrada de recursos externos propicia a obtenção de maiores taxas para a região e para o resto do país, aliviando o custo inerente ao “trade-off”. A observação do gráfico no sentido horizontal, passando de uma curva para outra, mostra a proporção em que se poderia financiar o maior crescimento do Nordeste com o suporte de recursos do estrangeiro, sem “trade-off”. Por exemplo, vê-se que o resto do país poderia continuar crescendo a 9,5% a.a., enquanto a região nordestina teria possibilidade de ampliar sua taxa de 7,9% para 9,4% a.a., caso o acréscimo de recursos externos de 0% para 10% a.a. se destinasse ao Nordeste.

Não se pode apreciar recomendações de política com base em resultados deste tipo, sem certa dose de juízo de valor inerente a uma função de bem-estar para o país, a qual deve conter elementos de natureza regional. A consideração acerca da tolerabilidade do custo de desenvolver uma região depende da prioridade que se deseja atribuir a tal objetivo.

Figura 1

TRADE-OFF ENTRE O CRESCIMENTO DO NORDESTE (G_n)
E O DO RESTO DO PAÍS (G_r)



OBS: A linearidade das curvas é apenas uma simplificação gráfica.
Rigorosamente, elas são ligeiramente côncavas.

A maneira convencional de medir o nível de bem-estar social, para efeito de formulação de política é a seguinte ("ponderação do PNB") (*):

$$(1) W = Z_n G_n + (1 - Z_n) G_r$$

onde

W = índice de bem-estar nacional;

Z_n = participação da renda do Nordeste no total da renda nacional;

G_n, G_r = taxas de crescimento da renda do Nordeste e do resto do país, respectivamente.

Em forma de índice, também se pode expressar a função do seguinte modo:

$$(1') W' = \frac{Z_n}{1 - Z_n} G_n + G_r.$$

Os dados estimados para 1977 indicam a seguinte especificação ($Z_n = 0,104$):

$$(1') W' = 0,12 G_n + G_r.$$

Vê-se que, conforme a maneira convencional que valoriza o acréscimo de um cruzeiro como sendo socialmente igual para qualquer classe de renda ou região (portanto, sem prioridades de desenvolvimento regional), a aplicação de recursos no Nordeste geraria, pelo Quadro III, decréscimo no bem-estar nacional (de fato, a queda no crescimento do resto do país é maior que 0,12, em qualquer caso).

Uma segunda maneira de apreciar o problema, dando prioridade ao desenvolvimento regional, é considerar que o crescimento de cada região deve ser ponderado pela respectiva participação na população do país ("ponderações iguais"):

$$(2) W = P_n G_n + P_r G_r, \text{ ou}$$

$$(2') W' = \frac{P_n}{P_r} G_n + G_r$$

onde P_n, P_r = participação do Nordeste e do resto do país, respectivamente, na população do Brasil.

Este modo de expressar a prioridade regional atribui o mesmo valor social ao aumento de 1% da renda de qualquer pessoa (a ponderação é o número de indivi-

(*) Hollis B. Chenery e associados, *Redistribución Con Crecimiento*, Editorial Tecnos, Madrid, 1976, cap. 2.

duos e não a sua renda), e implica a seguinte equação (dados de população para 1977 – projeções do IBGE):

$$(2') \quad W' = 0,42 \, G_n + G_r.$$

Nota-se, portanto, que este modo de abordar o problema regional passaria a recomendar como socialmente desejáveis os programas de desenvolvimento do Nordeste em qualquer alternativa constante do Quadro III (W' positivo, pois a queda de G_r é sempre menor do que 0,42).

Uma terceira forma de expressar a prioridade regional está no uso da seguinte função de bem-estar nacional (semelhante à fórmula de “ponderações de pobreza”, na linguagem do Banco Mundial):

$$(3) \quad W = \frac{P_n}{Y_n} \, G_n + \frac{P_r}{Y_r} \, G_r \quad \text{ou}$$

$$(3') \quad W' = \frac{P_n/P_r}{Y_n/Y_r} \, G_n + G_r$$

onde Y_n , Y_r = renda “per capita” do Nordeste e do resto do país, respectivamente.

Este terceiro tipo de função dá prioridade ao crescimento da região na proporção direta da população respectiva e inversa de sua renda “per capita”. Alternativamente, pode-se ver que a população regional, elevada ao quadrado, entra como peso, enquanto o outro peso associado é o inverso da renda absoluta da respectiva região.

A aplicação dessa função ao conjunto Nordeste – Resto do País, com base nos dados de 1976, geraria aproximadamente a seguinte forma concreta ($P_n/P_r = 0,422$ e $Y_n/Y_r = 0,275$):

$$(3') \quad W' = 1,53 \, G_n + G_r,$$

o que significa que se deveria dar prioridade ao crescimento do Nordeste na proporção de mais de uma vez e meia em relação ao crescimento do resto do país. Em outras palavras, se houver opção por esse critério de ponderação, poder-se-á sacrificar até 1,53% na taxa de crescimento do resto do país para obter-se 1% a mais na taxa de crescimento do Nordeste, sem reduzir o bem-estar nacional. Confrontando-se esta conclusão com os resultados do Quadro III, nota-se claramente que os custos alternativos prováveis de conseguir o maior crescimento da região nordestina parecem estar muito abaixo daqueles recomendáveis pela fórmula utilizada.

A apreciação dos três modos até certo ponto extremos de formular o índice

de bem-estar nacional, envolvendo critérios de renda e distribuição regional, teve por finalidade demonstrar que a atribuição de alguma prioridade ao desenvolvimento do Nordeste (fórmulas 2 e 3) implica necessariamente o fortalecimento dos programas governamentais destinados a esta região.

Devem-se fazer algumas ressalvas quanto à limitação da metodologia utilizada. Em primeiro lugar, as simulações se referem apenas à faixa de crescimento dos investimentos no Nordeste entre 6% e 20% ao ano. Em segundo lugar, os índices de bem-estar, avaliados pelos técnicos do Banco Mundial, tiveram por finalidade original sua aplicação à distribuição entre classe de renda e não entre regiões. Evidentemente existem complicações adicionais quanto à distribuição regional, além daquelas inerentes à distribuição pessoal. Em terceiro lugar, não se levou em conta a distribuição de renda dentro de cada região, que pode ser sensível aos programas regionais (como de fato tem sido no passado recente). Em quarto lugar, existe a conhecida restrição da constância dos parâmetros de produtividade do capital, que podem reduzir-se em prazo médio, em virtude de investimentos maciços na região e posteriormente elevar-se em decorrência do desenvolvimento regional subsequente. Em quinto lugar, os vazamentos de renda, devido à dependência do Nordeste sobre o Centro-Sul no fornecimento de bens e serviços, podem atenuar o sacrifício do resto do país diante de programas regionais, bem como tornar menos pronunciado o crescimento programado da região nordestina. Finalmente, cabe salientar que o cômputo dos coeficientes dos índices de bem-estar, efetuados nesta seção, se baseiam na posição do Nordeste estimada para 1977 (*).

(*) Algumas das limitações acima foram sugeridas pelo técnico Pedro Sisnando Leite, do BNB/ETENE.

SUMMARY: *This paper analyzes very briefly some relevant points related to economic growth of the Northeast of Brazil. First, it makes a few references on the recent evolution of some selected socio economic indicators related to the region as compared to the country as a whole. A preliminary conclusion is that, during the fifties, there was a reduction in the Northeast/Rest-of-the-Country disparities, followed by increase in the sixties and seventies, not only with respect to income but also to several social data. Second, a short appreciation is presented to investigate the regional impact of the main government policies, national and regional in nature. The conclusion is that the regional policies carry important visible flows of resources into the region, but their effects are reduced by strong leakages caused by heavy dependence on the Center-South with relation to the supply of goods and services. Additionally, the policies adapted for the development of the country (disregarding regionally differentiated effects) tend to be concentrated on the Center-South, especially on the Southeast. The combination of regional and national policies seems to indicate that the government programs do not have contributed, in aggregate terms, to the reduction in regional disparities. Third, a tentative estimation of some possible trade-off between the growth rate of the Northeast (G_n) and the growth rate of the rest of the country (G_r) shows that an increase in 1% a year in G_n implies a reduction in G_r in the range 0.14-0.40, and this cost is perfectly tolerable when one considers some plausible welfare functions incorporating a minimum of regional priority in development programs.*

